

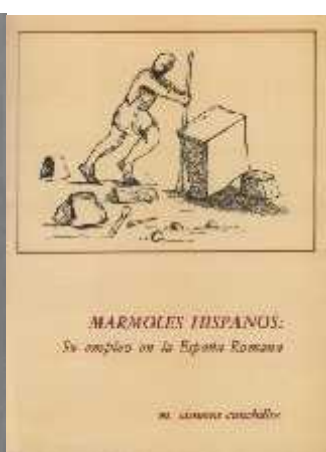
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Recensões bibliográficas

Conimbriga, 29, 1990, p. 157-169



O mosaico de Ponte Genil



PUBLICAZIONE DELLA CASA DE' SALSABESI
Via Po, 10 - Roma - 1911

UN MARMORE CON INSCRIZIONE
DEI ROMANI A INSCRIZIONE
PUBBLICA ROMANA

Scritti Scritti
L'anno L'anno
L'anno L'anno

1911

SUPPLEMENTA ITALICA, 3 (nuova serie). Edizioni Quasar, Roma, 1987. 240 pp. ISBN 88-85020-84-4.

Publicado com o contributo do Consiglio Nazionale delle Ricerche italiano, o volume tem apresentação de Margherita Guarducci e Silvio Panciera, responsáveis por parte do projecto, em curso, de revisão dos monumentos epigráficos romanos da Itália.

Após referirem as dificuldades financeiras que atrasaram um pouco a edição, aludem às outras iniciativas itálicas no âmbito epigráfico. O primeiro dos suplementos abarcou três cidades: Ferentinum, Pisaurum e Falerii Novi; o segundo, quatro centros: Velitrae, Histonium, Teate Marrucinorum e Vada Sabatia. O terceiro abrange, agora, oito cidades: da Regio III (Lucania et Bruttii), Locri, cuja epigrafia Marco Buonocore estudou; Tegianum, Cosilinum, Atina, Volcei e Eburum, a cargo de Vittorio Braco; da Regio IV (Sabina et Samnium), Corfinium, por M. Buonocore; finalmente, da Regio IX (Liguria), a Luna ad Genuam, da responsabilidade de Giovanni Mennella.

O esquema adoptado em cada capítulo foi o seguinte: as colectâneas que se actualizam; a bibliografia epigráfica; outra bibliografia essencial; adenda e corrigenda às notícias históricas dadas pelas colectâneas a actualizar. Vêm, em seguida — e esta é a parte mais importante e densa do trabalho — os aditamentos e correções aos monumentos epigráficos incluídos nos *corpora* actualizados. Páginas bem recheadas, sem divisão em parágrafos para poupar espaço. Os textos vêm identificados com os números originais, a negro; apenas se deixa um centímetro em branco para mais nítida separação. É compreensível o esquema adoptado, numa época em que o factor económico se impõe como fundamental. Não poderemos esquecer, porém, que o volume se destina a servir primordialmente como livro de consulta; nesse caso, torna-se difícil saber, por exemplo, que CIL X 21 teve nova leitura na p. 17 ou que CIL X 33 continua perdida. A existência de índices analíticos nas pp. 35-36, relativos aos monumentos epigráficos de Locri, não serão inúteis monograficamente mas de pouco interesse prático resultam, uma vez que falta, no final do livro, um índice geral que os refira. O ideal teria sido, em meu entender, optar-se por uma fórmula que tudo reunisse no fim, com indexação da página e não da epígrafe.

Termina cada capítulo pela indicação dos “novos textos”, ou seja, daqueles que foram publicados após a edição dos *corpora* que ora aqui se actualizam. Apresenta-se, de cada um, breve síntese que compreende: descrição sumária, dimensões, lugares de achado e paradeiro, bibliografia, leitura, fotografia e sumário comentário (a referir, v.g., questões onomásticas, históricas e a datação proposta).

As fotografias apresentam-se, de um modo geral, com bom contraste; há notável esforço para superar as dificuldades inerentes, nomeadamente, ao mau estado da epígrafe ou à sua localização pouco acessível. Penso que, amiúde, se torna preferível apresentar uma fotografia, ainda que má, a não apresentar nenhuma. E nem sempre se têm à mão os meios técnicos necessários para uma boa imagem, colhida do melhor ângulo — como, só para citar dois casos, deve ter acontecido com os números 10 e 11 da p. 81. Creio, porém, que a utilização dum pano de cor neutra (branco ou preto) como fundo teria permitido reproduções mais “interessantes” do ponto de vista gráfico. Refiro, para ilustrar esta opinião, as fotografias das pp. 163 e 164, que teriam ganho em “leitura” se houvessem sido destacadas, com um fundo, do ambiente que as rodeava. De resto, regista-se, curiosamente, na p. 168, a adopção de dois critérios distintos: na primeira fotografia, parece não ter havido qualquer preocupação com o fundo; na segunda, o monumento foi “recortado”. A primeira fotografia apresenta, aliás, uma nitidez invejável — mas não teria sido interessante mostrar exactamente como é que a peça termina na parte inferior? Já agora, parece subentender-se do texto que o monumento, achado em 1964, já em 1982 fora dado como desaparecido. Nesse caso, de quem é a fotografia? Decerto de Van Wouterghem que, apesar de conhecer o monumento desde 1965 (data de apresentação da sua tese de doutoramento, onde o incluiu) só em 1984 a publicou, de modo que apenas *L'Année Épigraphique* desse ano (1984, 306) a pôde inserir, isto é, quase vinte anos depois da sua descoberta. Este caso leva-nos a salientar, mais uma vez, a necessidade de, em cada país, se criarem, quanto antes, revistas que pontualmente veiculem os novos achados para os circuitos científicos internacionais.

Se se folhear o volume na parte respeitante aos novos textos, depressa nos apercebemos de que ele constitui uma solução de compromisso entre um *corpus* ‘stricto sensu’ e um estudo epigráfico. A informação cinge-se ao essencial; aponta pistas, não as explora; evidencia os aspectos fundamentais mas não se detém, remete para a bibliografia.

De um modo geral, não é evidente o critério que determinou a sequência das epígrafes novas em cada capítulo do volume: podemos ter aqui o texto funerário dos *Vetunii* (n.º 6, p. 77) e, mais adiante (n.º 10, p. 81) a homenagem prestada a um *Gresius*.

A observação dos vários índices pode trazer — apesar das limitações já apontadas — preciosas informações, porque, de facto, se em algo pecaram foi por excesso que não por defeito. Veja-se, a título de exemplo, que, na p. 86, no item dos “deuses, deusas, heróis e vida religiosa” sobre Manes se manda confrontar “*Dii Manes*”, que está... três linhas antes; na p. 87, sob o título “sacerdotes e instituições religiosas”, refere-se a ocorrência de *pontifex maximus* que figura, como é habitual, nos títulos do imperador Tito, que vêm transcritos no item imediatamente a seguir. Uma leitura menos atenta levaria a pensar que estávamos perante um *pontifex maximus* fora do comum. Agrada-nos, porém, que os *cognomina* sejam apresentados por ordem alfabética e se repita, em relação a cada um, a identificação completa de quem o usou.

Gostaria que os autores tivessem sido, aqui e além, menos sintéticos. Uma ara como a n.º 6 da p. 77 mereceria, em meu entender, um tratamento mais dilatado, até porque, se bem depreendo do comentário (onde se não cita qualquer bibliografia anterior), a epígrafe estava inédita. Referirei, em primeiro lugar, que me parece evidente, na l. 7, o *L* do *praenomen* *L(ucius)*, que — decerto por lapso — o editor não considerou. Por outro lado, teria quiçá sido interessante realçar a utilização do gentílico no plural para identificar irmãos: *L(ucius) Vetunii Paulo et Severino*. Estou a recordar, do *conventus pacensis* (Lusi-

tânia), o texto CIL II 5131 (=IRCP 623), onde a sigla C que precede os cognomes *Alpinus, Cívís, Severus e Albinus* parece corresponder precisamente ao gentílico comum — *C(orneli?)*; ou mesmo CIL II 5176 onde li *L(ucii) ANNII P(ublii) f(ili) bini*, “os dois Lúcius Ânios, filhos de Públio” (IRCP 91).

Interessam-me bastante os aspectos da vida quotidiana e familiar patentes nos epitáfios e, por tal motivo, essa imponente ara achada em Caggiano (Volcei — Regio III) talvez merecesse algumas reflexões mais. V. Bracco sublinha que “o dado mais interessante” do monumento é a referência ao duunvirato. Eu não seria tão peremptório. “Interessante” é, por exemplo, que, numa epígrafe de contexto eminentemente funerário, o dedicante se diga *aedilis* e *duumvir*, menção só justificável em contexto honorífico. A razão revela-se nos, porém, na fórmula final: é que *Vetinius Severus* mandou gravar a memória em vida; daí, não ter resistido a, sub-repticiamente, dar conta do seu currículo municipal, para que o futuro o não olvidasse. O monumento perpetua a memória dos dois filhos, Paulo e Severino; da esposa “mãe dos filhos” e da “dedicada Acília”, *Aciliae benemerenti*. Será curioso verificar, por isso, a parte final do texto: “suis Pont(iae) Esperidi et Aciliae Soteri et sibi vivos fecit”. Considera V. Bracco (no índice, p. 87) que *vivos* está por *vivus*, no singular. Mas não será *vivos* o aposto também de *Pontia Esper* e de *Acilia Soter*? Quiçá se possa mesmo concluir que o dedicante homenageia “os seus” — expressão onde parece poderem englobar-se os filhos, a mulher e Acília, decerto já falecidos — mas também, dentre os vivos, ele próprio e as citadas Pôncia e Acília, presumivelmente duas libertas, uma delas, por certo, da *Acilia benemerens*. E já se reparou que o nome da “mãe dos filhos” é, simplesmente, omitido?

Claro, toda esta problemática não poderia caber no comentário que se pretende cingido aos aspectos fundamentais dum monumento epigráfico. Mas talvez em duas ou três linhas se pudesse ter sugerido (ou enunciado) essa análise.

Invulgar também, do ponto de vista textual e mesmo formal, é a dedicatória (já referida) feita a Crésio Libão (n.º 10, p. 81), igualmente procedente do território de Volcei. Trata-se duma enorme placa (210 × 95 × 36) sem decoração, talhada eventualmente em mármore (o material não vem referido), com o seguinte texto, em letras que deverão ser de módulo bastante grande (não são dadas as medidas e a fotografia, feita obliquamente, não tem escala); [*praenomen*]. GRESIO. C(aii). F(ilio)/ HOR(atia tribu)/ LIBONI. FRATRI. O que é curioso é a omissão da identificação do(s) dedicante(s), tanto mais que, sendo homenagem familiar, e dada a forma do monumento, mais parece pedra fronteira de jazigo que placa honorífica de lugar público. É natural que os anteriores investigadores já se tenham debruçado sobre o assunto e valeria a pena, por isso, ter aqui a síntese da sua opinião.

Poder-se-iam multiplicar, como é óbvio, comentários deste tipo, mormente se tivermos em conta a riqueza e a multiplicidade do material que este volume 3 dos *Supplementa Italica* nos proporciona. Mas seja-me permitido ainda que chame a atenção para a particular beleza do epitáfio ora guardado no Museu de Corfinio, constituído por dez dísticos elegíacos aqui reproduzido sob o n.º 17 (pp. 154-156); e que faça mais uma reflexão de índole onomástica.

Quando, em 1984, publiquei de novo CIL II 66 (IRCP 271), referente a *Q. Peticius Rufus*, de Pax Iulia, assinaléi o facto de esse gentílico na Península Ibérica só se documentar também em Lisboa (CIL II 192 e 289, identificando a mulher de um edil), correspondendo muito provavelmente a um imigrante itálico. Ora, é curioso verificar agora que a epígrafe n.º 65 de Corfinium (= EE VIII 151) regista um liberto chamado precisamente

T. Peticius Hispanus (pp. 187-188). O referido movimento migratório obtém, desta sorte, mais um argumento abonatório.

Em suma: pela densidade e rigor da informação que transmite, este volume constitui, acima de tudo, a demonstração cabal do incansável e permanente labor de revisão do (quase) inesgotável espólio epigráfico itálico, a que uma briosa equipa de investigadores, dirigidos por Margherita Guarducci e Silvio Panciera em boa hora souberam lançar ombros.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

La Collezione Epigrafica dei Musei Capitolini, Edizioni di Storia e Letterature, Roma, 1987, 392 pp. + LXXVIII de lâminas com fotos.

Incluído, com o n.º 6, na colecção *Tituli* (Publicazioni di Epigrafia e Antichità Greche e Romane dell'Università di Roma — La Sapienza), este volume foi organizado sob orientação do Prof. Silvio Panciera, responsável, desde há vários anos, pelo Seminário de Epigrafia e Antiguidades Romanas na referida universidade. O volume resulta, pois, do persistente trabalho de estudo e revisão de monumentos epigráficos aí levado a efeito.

Publicam-se, na primeira parte (pp. 29-263), como Silvio Panciera, aliás, explicita na introdução, todas as inscrições latinas e gregas identificadas no conjunto dos museus capitolinos (ou seja, o Museu Capitolino propriamente dito, o Palácio dos Conservadores, o chamado Braccio Nuovo, o Museu Novo, a Galeria Lapidar de Congiunzione e o Tabularium) que estavam inéditas até 1985, num total de 183.

Dá-se conta, na segunda parte (pp. 265-330), das revisões de epígrafes já conhecidas e que uma melhor fotografia ou a observação mais aturada agora vieram permitir.

A identificação de fragmentos da mesma peça em locais diversos e a possibilidade da sua colagem determinou que, durante a pesquisa, se fossem tomando apontamentos de índole museográfica com vista a mais adequada e racional exposição das peças. Daí a razão de ser da terceira parte, “contributos para a reordenação”. E foi dentro dessa mesma ordem de ideias que se elaborou, inclusive, uma tabela de equivalências entre os números do antigo catálogo e do novo. Esta preocupação de atingir os objectivos científicos sem, no entanto, descurar as perspectivas museográficas é, em meu entender, um dos pontos dignos de apreço no volume.

Tornam-no operacional exaustivos índices analíticos: de fontes literárias e epigráficas (pp. 349-375); topográfico (pp. 377-378); epigráficos, segundo o modelo do CIL (pp. 379-389); dos 48 colaboradores do volume (pp. 391-392). As 78 estampas com um total de 345 fotografias, em papel “couché”, de muito boa qualidade, facilmente cotejáveis com o catálogo porque vão identificadas mediante a numeração correspondente, constituem, por fim, um repositório ímpar de dados paleográficos e, sobretudo, de tipologias, precisamente porque se adoptou o critério (invulgar, mas precioso) de as arrumar consoante os vários tipos de suporte.

A bibliografia antecede o texto propriamente dito. Aí afigura-se-me desnecessário fazer preceder de AA. VV. (“autores vários”) os volumes colectivos, como é o caso das *Mélanges* ou das actas de colóquios temáticos. A ordenação pelo título seria, decerto, mais fácil e clara.

As inscrições inéditas estão arrumadas pela ordem tradicional: votivas, imperiais, honoríficas, funerárias..., com o que particularmente concordamos. É sempre possível agrupar, depois, as epígrafes da mesma proveniência através da consulta dos índices geográficos e, por outro lado, quantas vezes se não desconhece a exacta proveniência da peça guardada no museu!... Terminam a série os fragmentos, os textos cristãos anteriores ao séc. VII e as inscrições falsas.

O capítulo das revisões foi ordenado segundo os *corpora*. Na terceira parte, as anotações agruparam-se por museus.

De cada inscrição é apresentado um pequeno estudo — uma ficha, diríamos — assinada pelo colaborador dele responsável, que contém: descrição sumária, indicação de proveniência e paradeiro, identificação do negativo fotográfico e do número da respectiva ilustração no volume. Na leitura, em letras minúsculas e de acordo com as linhas do texto original, utilizam-se os sinais diacríticos preconizados para as novas edições do CIL. O comentário paleográfico debruça-se sobre as particularidades da paginação e da grafia dos caracteres. O comentário histórico, em geral bastante metucioso, realça o interesse documental do monumento, em todos os seus aspectos, e propõe, no final, uma datação fundamentada. São aduzidos amiúde exemplos retirados doutros *corpora* e, se algo houvesse a apontar, seria precisamente a notória ausência, na bibliografia, de textos alusivos à Península Ibérica, sintoma de que a informação ainda não circulou, então, com a eficiência que seria desejável.

É, por conseguinte, um trabalho modelar, com cuja organização concordo inteiramente. A sua consulta, mormente como termo de comparação — a fazer — com a forma e o conteúdo das epígrafes da Península Ibérica revela-se da maior oportunidade.

Aduza-se, a título de exemplo, a ocorrência da fórmula *te rogo praeteriens dicas*, patente na inscrição 46 (pp. 116-117), a propósito da qual Maria Letizia Caldelli refere os casos hispânicos. Na última parte trata-se, efectivamente, de textos do CIL II e não do CIL VI, como, por gralha tipográfica, foi escrito — o que acabou por induzir em erro quem elaborou os índices de fontes (pp. 352 e seguintes). Uma leitura atenta dos índices do CIL II (pp. 1173 e 1178) ou das *Inscriptiones Latinas de la España Romana*, de José Vives (Barcelona, 1971 e 1972), pp. 364-367 (n.ºs 3761-3787), ter-lhe-ia dado uma noção mais exacta da utilização desta fórmula (CIL II 5241 traz também *dic rogo qui transis...*), proporcionando-lhe, inclusive, outros elementos de datação. Na verdade, afirma Maria Letizia Caldelli que, “das inscrições africanas e hispânicas, só CIL II 5907 é datável: Hübner atribui-o ao século II d. C.” — ora, dispomos hoje de critérios que nos possibilitam a datação de boa parte dos demais textos. Os n.ºs 36 e 46 do volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), por exemplo, que trazem esse formulário, são datados dos finais do século II — princípios do III da nossa era.

Uma das outras vezes em que se aduz uma epígrafe peninsular é, na p. 36, a propósito da forma *posuuit*, que encontraria paralelo em CIL II 2722. O texto, dado o seu carácter fragmentário, não foi recolhido por José Vives, mas Luís Sagredo San Eustaquio e Santos Crespo Ortiz de Zarate incluem-no, sob o n.º 64 (p. 57) *Epigrafia Romana de la Provincia de Palencia* (Palencia, 1978) e essa “anomalia” não é ali considerada: *posuuit* surge grafado na obra apenas com um *u*. Em contrapartida, nos índices do CIL II (p. 1190) registam-se outros casos de uso de “*uu pro u*”, designadamente no genitivo da quarta declinação.

A propósito da ocorrência do cognome *Doles* (inscrição n.º 19, pp. 63-67), de origem trácia, cita Maryline Parva CIL II 2984, de Calagurris, uma inscrição relativa ao soldado

Julius Longinus Doles, da *Ala Tartorum Victrix Civium Romanorum*. Trata-se, de facto, duma das raras referências a trácios na epigrafia da Península Ibérica e Patrick Le Roux (*L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982, p. 87 n. 34 e p. 216 n.º 157) teve ocasião não só de justificar a presença dessa ala na Península Ibérica, possivelmente desde 68 ao fim do século I, como de confirmar a origem trácia deste *eques*. *Doles* não seria, pois, como à primeira vista poderia parecer, um caso de omissão do *n* antes de *s* (cf. CIL II, p. 1189) e dever-se-á ter em atenção esse facto ao repensar CIL II 6, onde propus somente a leitura *Teia Dole[ns?]* (IRCP 27).

O uso da pontuação entre consoantes duplas na inscrição 52 (pp. 123-124) é justificado por Anna Illuminati, na sequência de Schulze, como sendo uma forma de, assim, se realçar a exactidão da grafia. Cita-se, a propósito, CIL II 4085, de Tarragona. Já os exemplos que pude colher na epigrafia do *conventus Pacensis* (IRCP, p. 880) não permitem, porém, essa conclusão: textos há que apresentam *interpunctio* mas não nas consoantes duplas.

De interesse, ainda, a referência à omissão do *i* na forma verbal *posivit* — *posiut* — que se regista no n.º 112 (pp. 194-195). As autoras consideram ser um “perfeito sincopado” e aduzem outros exemplos, entre os quais CIL II 6302, de Palência. A circunstância de essa epígrafe apresentar tantas anomalias ortográficas levar-nos-ia a pensar, de preferência, num erro quer de omissão quer de troca de letras (*posiut* por *posuit*). Assim o julgaria, de facto, se não houvesse tais exemplos.

É, evidentemente, a permanente troca de informações que permite o avanço da Ciência, designadamente duma ciência como a Epigrafia que se alicerça em vasta documentação esparsa por todo um Império. Bons e completos índices constituem, por isso, instrumento de trabalho imprescindível. Daí que o volume ora em apreço deva ser, doravante, ponto de referência obrigatório.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Miguel CISNEROS CUNCHILLOS, *Marmoles Hispanos: Su Empleo en la España Romana*. Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Universidad de Zaragoza, 1988. ISBN: 84-600-7010-7. 200 páginas.

A oportunidade da obra de Miguel Cisneros Cunchillos resulta incontestável:

1) porque o estudo da proveniência dos mármore usados na escultura, na arquitectura e na epigrafia faculta preciosas informações no domínio da história da ocupação romana peninsular;

2) porque, sendo uma síntese da sua dissertação de doutoramento, *Marmoles y Otras Rocas Explotadas en la España Romana*, defendida nesse mesmo ano (1988) na Universidade de Zaragoza, apresenta com clareza, concisão e arguto poder de análise, toda a problemática que envolve a exploração, comercialização e utilização do mármore durante a Antigüidade Clássica.

Como Manuel Martín-Bueno escreve no prólogo de apresentação do livro, uma investigação sobre o mármore ultrapassa hoje “o âmbito próprio dos estudos sobre técni-

cas extractivas, recursos mineiros ou simples especulações sobre as cadeias de produção e comercialização daqueles produtos pelos antigos" (p. 15).

De facto, Miguel Cisneros Cunchillos assim fez. E se, em qualquer obra, a leitura da introdução sempre se reveste de interesse para ajuizarmos da forma como o autor encarou o tema, aqui essa leitura é deveras primordial, dado que aí se apontam os problemas em aberto, a metodologia usada para os abordar e os resultados obtidos.

Salienta Miguel Cisneros Cunchillos, por exemplo, que um estudo deste género passa — não há dúvida — pela identificação do material mas que não se deverá quedar por aí, pois há que detectar, através dele, os "factores económicos e sociais inerentes ao próprio material, aos seus utilizadores e aos operários" (p. 19).

Nesse sentido e após uma preliminar pesquisa bibliográfica (referências aos mármore hispânicos nas fontes literárias clássicas e posteriores), o autor recolheu as informações fornecidas pelos documentos epigráficos acerca da existência de oficinas lapidares; analisou os dados já contidos, a este respeito, em obras da especialidade (quer gerais quer específicas); e cotejou, finalmente, todos esses elementos com os que pessoalmente obteve na pesquisa de campo e na demorada visita a museus.

O tema fulcral do estudo são os mármore procedentes de pedreiras sitas no que Miguel Cisneros Cunchillos designa por sectores "andaluz", na Cordilheira Bética, e "estremenho-português", no chamado Maciço Hespérico. E a razão desta escolha resulta evidente do facto de serem estas duas zonas aquelas sobre que, na realidade, maior acervo documental se dispõe.

De resto, a caracterização dos diferentes tipos de mármore explorados ao tempo dos Romanos e a localização geográfica das pedreiras é feita logo na introdução: os núcleos almeriense e malaguenho da Cordilheira Bética (pp. 22-25); e os da metade ocidental da Península, estremenho e português (pp. 25-28). A observação atenta dos quadros inseridos no apêndice I, sobre as características petrográficas dos mármore em apreço, completa eficazmente esses dados.

Dos mármore portugueses usados pelos Romanos refere Miguel Cisneros Cunchillo os cinzentos de Pardais, os brancos e rosados de Estremoz-Vila Viçosa e Borba, e os verdes de Viana do Alentejo. As suas fontes de informação foram, sobretudo, o volume I das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1977, pp. 271-276), onde António Tavares dá conta dos mármore utilizados naquela cidade romana, e o meu trabalho *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP) (Coimbra, 1984, pp. 821-822), em que sintetizei a traços largos o que rastreei acerca do material usado na epigrafia romana do *conventus*. Não pôde Miguel Cisneros Cunchillos visitar com vagar os museus portugueses; pelo menos, nenhum museu português é incluído na lista referida na p. 29. Compreende-se a dificuldade; de qualquer modo, uma ida ao Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e, de modo especial, ao Museu Regional de Beja ter-lhe-ia permitido familiarizar-se com o chamado "mármore de Trigaches" ou "de São Brissos", a que alude na p. 77 sem pormenorização das suas características. O *Portugal Romano* de Jorge de Alarcão (na sua 1.^a edição, Lisboa, 1974) foi também consultado e dele se extraíram breves informações. Ora, quer se considere o termo *mármore* na sua acepção restritamente geológica — rocha calcária que sofreu longas acções de metamorfismo — quer, mais genericamente, como rocha ornamental, tanto as lumachelas cretássicas ou brechas rosadas e conquíferas da Arrábida (Setúbal) como os mármore rosas e vermelhos de Lameiras (Sintra), como os também rosados de São Domingos de Rana (Cascais) teriam de ser incluídos, pois a sua utilização,

por exemplo, para o fabrico de monumentos epigráficos se encontra assaz documentada: cf., para as lumachelas da Arrábida, a maior parte dos monumentos epigráficos de Tróia (IRCP, pp. 277-290); e, para os de São Domingos de Rana, as epígrafes inseridas, em 1983 e 1985, no "Ficheiro Epigráfico" (Coimbra), sob os números 24 e 59, respectivamente. Já quanto à inserção da pedra de Ançã e do calcário de Porto de Mós neste contexto (p. 80), eu hesitaria um pouco mais. O seu uso na epigrafia, na escultura e mesmo na arquitectura da época romana não pode sofrer contestação, mas é praticamente inexistente o seu metamorfismo: são calcários simples e, por isso, optaria por não os incluir numa obra sobre mármore, como se não inclui o granito ou o xisto.

No I capítulo, "Fuentes", estudam-se as fontes literárias clássicas (pp. 37-43), as epigráficas (pp. 44-54) e as referências literárias desde o século XII ao XIX (p. 54 e fig. 3).

Capítulo importante é, de veras, o II — "Referências arqueológicas" (pp. 57-84) — que vai ilustrado com um mapa de localização das pedreiras. Aí se concretizam, de forma clara, por províncias e por *conventus*, os dados disponíveis acerca da existência de pedreiras, discutindo-se, a propósito, as teses já apresentadas pelos diversos autores, designadamente por Alicia M. CANTO, cujo trabalho *Avances sobre la explotación del mármol en la España romana* ("Archivo Español de Arqueología" 50-51 1977-1978 165-189) terá decerto marcado, apesar das suas compreensíveis deficiências, o arranque destes estudos a nível peninsular.

Particular atenção merece, tanto neste capítulo (pp. 76-77) como no anterior (p. 51), a problemática relacionada com as pedreiras de Almadén de la Plata, designadamente no que respeita ao seu estatuto jurídico-administrativo: dependência directa do imperador ou, apenas, do governador senatorial da província da Bética em que se localizam? O autor, embora não ouse dar-lhe uma resposta definitiva (p. 134), parece, de facto, inclinar-se para a segunda hipótese.

Em meu entender, o estatuto previsto na legislação de Vipasca para as diferentes actividades aí desenvolvidas poderia ter sido aqui evocado com toda a propriedade, tanto mais que aí se fala, a dado passo (IRCP 142, § 7, linha 54), das "lapides lausiae expeditae in lapicaedinis", ou seja, das "lousas já preparadas nas pedreiras", precisamente no capítulo que trata dos contratos dos negociantes de escórias e de pedra. Foi, decerto, um dado que terá escapado a Miguel Cisneros Cunchillos, porque me parece, na verdade, muito passível de se aplicar aqui o esquema previsto para Vipasca: essa exploração é da exclusiva jurisdição imperial, pertence ao Estado, que a adjudica em hasta pública ao arrendatário que melhores garantias oferecer. Cf., a propósito desta passagem: Claude DOMERGUE, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca*, "Conimbriga" 22 1983 95-97.

Elenca o capítulo III os mármore espanhóis e portugueses utilizados e aí se especifica como e quando o foram, dados que se sistematizam no exaustivo e bem elaborado inventário inserido no apêndice II (pp. 149-170). Conclui Miguel Cisneros Cunchillos que os mármore da zona almeriense foram usados na arquitectura, em obras escultóricas e em monumentos epigráficos desde a época dos júlios-cláudios até ao século II da nossa era; os da zona malaguenha também se empregaram nos mesmos domínios e, genericamente, na mesma época, embora possa haver indícios da exploração do mármore de Honda já na segunda metade do século II a. C.; os mármore estremenhos foram preferidos para a arquitectura e para a epigrafia, também no Alto Império; as pedreiras de Almadén de la Plata, exploradas no Alto Império também, forneceram, de modo especial,

elementos arquitectónicos; e, por fim, os mármoreos do actual Alentejo português têm uma utilização que vai do século I ao IV nos domínios arquitectónico, escultórico e epigráfico.

Finalmente, o capítulo IV aborda as questões relacionadas com o comércio e o transporte. De novo se considera como os Romanos privilegiaram as rotas marítimas e fluviais, designadamente o Ebro e o Guadalquivir. Discute Miguel Cisneros Cunchillos o problema do escoamento dos mármoreos de Estremoz-Vila Viçosa, por exemplo, até à capital de província onde a sua presença se encontra bem documentada: a possibilidade de um transporte directo por via terrestre, dadas a relativa pequena distância entre as pedreiras e Mérida e a escassa navegabilidade do rio Guadiana, é hipótese que se lhe afigura preferível à alternativa da ida até a um porto da costa meridional subindo depois o Guadalquivir, em cujo curso médio poderá ter existido, no entanto, um centro de armazenamento e distribuição (p. 128).

As pp. 131-139 sintetizam eloquentemente o conteúdo da obra, que é completada com índices de fontes literárias clássicas, de inscrições, de figuras; e com a bibliografia.

O livro vem na sequência da investigação desenvolvida desde há longos anos quer, pontualmente, em Conimbriga quer, sobretudo e de forma sistemática, nos laboratórios especializados adscritos às universidades espanholas. Estou a recordar o Laboratório de Petrología del Area de Petrología y Geoquímica de la Universidad de Zaragoza, expressamente citado nesta obra (p. 29, n. 42) e a actividade desenvolvida nesse sentido pelo Departamento de Cristalografía e Mineralogia da Universidade Autónoma de Barcelona, em colaboração com o Prof. Marcos Mayer, que tem a seu cargo a coordenação dessa investigação com vista à reedição do II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Parece-me, pois, que a mais estreita colaboração peninsular num projecto comum colherá, decerto, sólidos resultados, sem necessidade de procedermos também nós, portugueses, à criação de equipamento laboratorial próprio mais sofisticado — intenção que me pareceu poder deduzir da posição veiculada por Manuel Justino Maciel e Helder Coutinho, na comunicação que apresentaram, em Abril de 1990, ao II Colóquio Arqueológico de Viseu, subordinada ao título *A utilização dos mármoreos em Portugal na época romana: ensaio de uma metodologia de estudo*.

Curiosamente, Miguel Cisneros Cunchillos sentiu-se na obrigação de justificar a inserção, ainda que não exaustiva (p. 109), no seu trabalho, dos mármoreos portugueses. Alegou razões de ordem geológica e a grande utilização que eles tiveram em Mérida (p. 108). Seria, de facto, bem estranho que assim não tivesse procedido — mas essa sua justificação veio acentuar o interesse de rapidamente se eliminarem, no domínio científico, as fronteiras nacionais.

Uma palavra ainda acerca do I capítulo. É que, se os testemunhos arqueológicos são — de longe! — neste caso os mais expressivos, não é menos verdade que as referências literárias assumem o maior significado por serem expressão pública duma realidade palpável, importante, e os textos epigráficos constituem prova cabal da existência duma actividade minimamente organizada.

Pertence a Plínio, na *Naturalis Historia*, III, 3, 30, a única referência literária expressa à exploração marmórea numa península onde a extracção de minérios (de ouro, prata, cobre e ferro) pesava muito mais significativamente na balança económica imperial. Daí — como Miguel Cisneros Cunchillos bem assinala (p. 41) — a quase inexistência de alusões concretas. Além de se referir ao *lapis specularis*, o gesso selenítico dos arredores de Segobriga (p. 39), fala de *marmorum lapicidinae*, de pedreiras de mármore na Hispânia.

As fontes epigráficas permitem-nos detectar o funcionamento de oficinas, como a de Flavus de Conimbriga (p. 45) e mencionam, por vezes, quem trabalha com o mármore: os *marmorarii* (IRCP 269 e 497) e os *lapidarii*. Quanto a estes últimos, cita Miguel Cisneros Cunchillos quatro inscrições: a de Caldas de Vizela (CIL II 2404), a de Peñal de Castro (CIL II 2772), uma de Elvas e outra de Cartagena (p. 51). Esse texto dado como procedente de Elvas pela Hispania Antiqua Epigraphica 1520 é, porém, de Afife, no *conventus bracaraugustanus*: cf. VIANA (Abel), *Um "lapidarius" de Afife (Viana do Castelo)*, "Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953)", Zaragoza, 1955, pp. 525-528; por outro lado, a reconstituição aí proposta por Abel Viana — [LA]PIDARIUS — deve ser encarada com sérias reservas, dadas as suas inusitadas características. Desta forma, resulta sem significado a justificação dada pelo autor na p. 51 e, a existir a referência a um *lapidarius*, a sua actividade estaria decerto ligada à abundância de clientela, razão que também se invoca para a presença de Reburriño junto ao local de culto às Ninfas Castecas (CIL II 2404, já citado), comentada por Miguel Cisneros Cunchillos na p. 53.

Além das citadas referências a trabalhadores da pedra, duas outras se poderão adivir. A primeira foi dada a conhecer por Alain Tranoy (*Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le Nord du Portugal*, "Gallaecia" 7/8 1984 269-274): na parte superior dum ara a I. O. M., descoberta em Santa Cruz de Lima (Ponte de Lima), lê aquele investigador EX. OF(icina) ELP(IDI?). Numa escultura funerária de S. Tomé de Vade, concelho de Ponte da Barca, no *conventus bracaraugustanus* também, ainda inédita mas já referida por Jorge de Alarcão no seu *Roman Portugal* (vol. II, fasc. I, p. 5, n.º 1/82, foto 111), lê-se no final ARCIVS FECIT, donde se pode deduzir a identificação dum escultor e lapidário, dono decerto de uma oficina local.

E se a redacção do primeiro parágrafo da p. 52 se me afigura um pouco confusa, por não destrinçar claramente quem se identifica com os *tria nomina* e os trabalhadores que apenas usam um nome, também gostaria de informar que Jorge de Alarcão e António Tavares estudaram pormenorizadamente, na sequência da visita de estudo que ali fizeram em Junho de 1976, os vestígios da exploração romana de mármore identificados na Herdade da Vigária, junto a Vila Viçosa, aos quais o autor se refere, por exemplo, na p. 78. O texto do citado estudo foi inserido no vol. II (pp. 1-12) dos "Studia Pompeiana & Classica — in honour of. Wilhelmina F. Jashemski", editado por Robert I. Curtis (New York, 1989) sob o título *A Roman Marble Quarry in Portugal*. A exploração pôde ser datada através do achamento dum fragmento de vaso de *terra sigillata* sudgálica com a marca GEMINV(s), oleiro que trabalhou ao tempo dos Flávios (ibidem, p. 6). Perguntam os autores se o baixo-relevo representa "an attempt to depict a nymph, a virile divinity, the god Fontanus, or the goddess Fontana" (ibidem). A sugestão destas duas últimas divindades reside na circunstância de se ter achado nas proximidades, em Bencatel, uma ara dedicada a este par divino (IRCP 438). A problemática das técnicas de exploração são também abordadas no artigo, uma vez que no local se detectaram as marcas para o corte dos bancos de mármore.

Está Miguel Cisneros Cunchillos a especializar-se num domínio que se apresenta, a todos os títulos, de importância fundamental para a reconstituição do que foi a vida económica peninsular ao tempo da dominação romana. A metodologia adoptada é a correcta, as conclusões cautelosas mas seguras. E este livro constitui, sem dúvida, um marco indispensável para as futuras pesquisas a fazer.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Luis Alberto LÓPEZ PALOMO, Janine LANCHÁ e André DAVIAULT, *Un mosaico con inscripciones — Puente Genil (Córdoba)*. Publications de la Casa de Velázquez, Série Études et Documents, III. Madrid, 1987. 84 pp., ilustr. ISSN: 0213-1803.

Este livrinho apresenta, logo à partida, duas originalidades. A primeira, o seu rigoroso bilinguismo, texto espanhol à esquerda, texto francês na coluna da direita. Depois, a importância dada ao minucioso estudo dum mosaico legendado.

De facto, pelo que sei, talvez seja esta a primeira vez que um mosaico se constitui objecto de trabalho monográfico assinado por três especialistas diferentes: um arqueólogo, Luis Alberto López Palomo, dá conta das circunstâncias do achado e enquadra-o no seu contexto histórico e geográfico; Janine Lancha faz o estudo arqueológico do mosaico e analisa a iconografia das suas representações; por fim, André Daviault, professor de Literatura Latina na Universidade Laval, do Quebec, teve a seu cargo a apreciação da inscrição do ponto de vista filológico e literário. Uma pluridisciplinaridade que se realça e desde já se aponta como exemplo a imitar.

A *villa* romana donde o mosaico proveio situa-se numa localidade chamada Fuente Alamo, no termo do município espanhol de Puente Genil, província de Córdoba (Andaluzia). López Palomo descreve miudamente as características geográficas do sítio, o ambiente arqueológico em que se integra, o seu significado histórico. Conta, depois, como se processou a escavação que, em 1982, esteve na origem do levantamento do mosaico, hoje depositado no Museu Arqueológico Provincial de Córdoba.

Foi preocupação de Janine Lancha apresentar minuciosa visão do monumento: a sua técnica de execução, os aspectos formais de cada uma das figuras, as legendas, as questões estilísticas, a iconografia. (Anote-se, de passagem, a troca das figuras 6 e 7, na pág. 25). Conclui a investigadora que estamos seguramente “perante a versão literária original dum dos mais antigos e duradouros temas iconográficos greco-romanos, a ‘nanomaquia’, apresentada numa forma teatral que não permite dúvidas” (p. 52).

É, porém, nas legendas que radica o maior interesse do mosaico de Puente Genil. “Outra vez inscrições sobre um mosaico!”, afirmam os autores que Jean-Noël Bonneville exclamara, aquando da descoberta do mosaico. E ao mesmo tempo que, mediante o seu estudo, evocam a memória do companheiro saudoso e do epigrafista sagaz, vão demonstrar como, de facto, a sua exclamação tem razão de ser. Primeiro, porque a descoberta de textos em mosaicos se torna cada vez mais frequente; depois, porque todos eles se revestem habitualmente de não pequenas dificuldades de interpretação e, inclusive, de leitura.

Constitui o estudo da inscrição o capítulo III desta obra, dividido em duas partes: procura-se, na primeira (pp. 55-69), estabelecer o texto e proceder à sua análise, de forma a detectar o que André Daviault designa *vis comica* das presentes inscrições; é dedicada a segunda ao confronto do texto com a literatura dramática, confronto que parece poder sugerir a hipótese de estarmos perante “novos fragmentos de um mimo latino” (pp. 69-78).

Datável do século IV, a legenda do mosaico de Puente Genil será, pois, a ressonância dum texto literário antigo, ressonância que é alarde e ressurreição, mais um índice, portanto, do retorno ao glorioso passado mitológico e clássico dum Roma ora ameaçada pelos Bárbaros nas suas estruturas políticas e pelas influências cristãs nas suas estruturas culturais.

Mas vejamos concretamente o texto em causa.

Na primeira cena, o pigmeu atacado pela grua tem atrás de si a legenda SV CER-BIO, que foi interpretada como “sum Cervius”, “sou Cérvio”, forma original de se apre-

sentar ao visitante, em vez da simples e estereotipada menção do nome. A frase que encima o grupo E FILI GERIO VALE é pedido de socorro, como quem diz “ó filho, Gerião, acode-me!”. Ao que o filho, armado de bastões, a correr, lhe responde, batendo na grua, SVBDVC TE PATER, “ó pai, tira-te daí debaixo!”. De cabelos soltos, apesada também, a mãe, identificada como VXOR MASTALE, “a mulher malalhuda”, grita AI MISERA DECOLLATA SO, “Ai pobre de mim, estou decapitada!”.

A cena da ábside n.º 2 representa o final feliz. A ave é puxada por um pigmeu que parece dizer ET TV ERE SVMA. André Daviault interpreta ERE como o vocativo de *erus*, senhor; e *suma*, o imperativo de *sumere*, agarrar. E traduz: “E tu, senhor, agarra!”. Creio que esta interpretação é demasiado forçada. Prefiro ver em ERE uma forma popular de ERAS, segunda pessoa do singular do pretérito imperfeito do verbo *esse* e traduzir: “E eras tu enorme!”. A frase teria um sentido depreciativo — como quem ironiza “E agora estás reduzida a nada” — e seria simultaneamente uma expressão de alívio, “caramba que ela era bem grande!”. Por isso, a figura que, de pé, acompanha a cena, porventura o “Cérvio” que dela, enfim, se livrara, acrescenta E IMPORTVNA, “E importuna!”, recordando o mau bocado por que passara. A omissão do T (de ET) parece-me muito mais verosímil e frequente que ver aí a interjeição HEM, de carácter mais literário que epigráfico.

Por fim, à terceira personagem que, com um bastão, empurra a ave, é atribuída a frase TIMIO NE VECTI FRANGA, equivalente, como afirma André Daviault, a *timeo ne vectim frangam*, “tenho medo de partir a vara”.

A sequência — como eu a concebo — é a seguinte: quem carrega com o peso morto, suspira “bolas, que isto pesa!”, quem se viu atacado, só se lembra é de como foi importunado; o outro, a quem também incumbe um esforço físico, volta à ideia inicial de peso.

Quanto à terceira legenda — SELVAM/ GRAVE[M?] — ela pode, na verdade, vir na sequência das anteriores, indicando o local (o “bosque”) para onde se desejaria levar a presa; o vocábulo *gravis*, “pesado”, retomaria o pensamento patente na ábside n.º 2. Concordo que essa é, porém, “frágil suposição” (p. 69).

Com base em dados literários e filológicos, que minuciosamente escarpeliza, pretende André Daviault ver aqui o reflexo dum mimo teatral, apresentado pelo proprietário da *villa* precisamente no *triclinium* da sua *domus* para divertir os convidados. A *vis comica*, ou seja, a comicidade do conjunto resultaria, em seu entender, não tanto da representação clássica, mais ou menos usual, do combate entre os pigmeus e uma grua, mas sim da nomenclatura atribuída às personagens intervenientes. *Gerion*, nome de forçudo e musculado gigante, identifica agora um disforme anão desajeitado. André Daviault aproxima o suposto nome do pai do antropónimo *Cervius*, que relaciona etimologicamente com “*cervix*”, cabeça. O lamento da mulher teria, desta sorte, pleno cabimento, porque, ao perder o marido, ficava... “decapitada” — e, num contexto de comédia, a frase não deixaria de provocar risada. Finalmente, André Daviault analisa o significado do nome *Mastale*, muito provável latinização “duma palavra grega feminina derivada de *μαστός*, ‘mama’” que se aproxima, portanto, do vocábulo latino *mammeata*, “a que tem as mamas grandes” (p. 59) — o que, tendo em conta a generosa representação dos seios, sublinharia, em seu entender, o carácter humorístico do nome.

Não nego o grande interesse das pistas ora traçadas pela bem documentada investigação de André Daviault. Creio, no entanto, que talvez nos possamos ater a explicações mais singelas e mais consentâneas, quiçá, com o carácter popular (e, por isso mesmo,

nada erudito) de que habitualmente se reveste a linguagem patente nas legendas dos mosaicos.

Assim, a identificação na primeira pessoa é deveras artificial, para já se não falar da dificuldade em fazer equivaler *Cerbio* a *Cervius*. Não seria mais lógico vislumbrar aí, por exemplo, a forma *servio*, “estou preso”? A grua prende-lhe, de facto, o braço com o bico. *Su* poderá ser *sum*, “eu sou”, mas também não será de rejeitar a hipótese de ver aí a interjeição *sus*! A sequência seria: o pai incita o filho, porque está a ser atacado pela grua e o filho vai tirá-lo de sob as garras do animal: *subduc te pater!*

Da representação exagerada dos órgãos sexuais dos anões e dos seios da mulher não se torna obrigatório deduzir qualquer outra intenção, burlesca, por exemplo, para além da que é habitual em circunstâncias idênticas. Assim se costumam representar os anões e também outra não seria a posição da mulher em corrida, levemente inclinada para diante.

Num hilariante misto de tragédia e comédia — o riso que sobrevém à semi-asfixia do perigo eminente —, a cena patenteada no mosaico de Puente Genil não deixa de claramente ilustrar, como sublinha André Daviault, “a influência do teatro cómico sobre a iconografia dos pigmeus, ao mesmo tempo que manifesta, para além disso, o facto de o repertório das antigas comédias ainda manter, pelo menos através das personagens intervenientes, uma autêntica *vis comica*”. Estamos de acordo. É, como atrás dizia, o século IV, o ressurgir da temática tradicional, a vontade de segurar, pela cultura, um poder que pelas outras vias, impertinentemente, fatalmente, teimava em querer escapar-se-lhes. É nesse sentido, aliás, que se deve interpretar a frase com que Janine Lancha termina a sua análise — arqueológica e iconográfica — do mosaico em questão:

“Nanomaquia de sabor burguês, prazer verbal e paixão pela caricatura — tudo ideias da nova leitura de antigas imagens feita por um escol na Hispânia romana, no decorrer do século IV” (p. 54).

E não podemos deixar de recordar, a propósito, a célebre cena patente no mosaico de Santa Vitória do Ameixial. Aí, o aspecto também é de suprema seriedade. À primeira vista, um homem fustiga a mulher nua, dobrada sobre si mesma no secreto de minorar a dor da vergastada. Ambiente pesado e tenso, dir-se-á, impróprio até duma área termal supostamente propícia à descontração, ao repouso, às doçuras corporais... Mas, tal como em Fuente Alamo, é pela legenda que vai perpassar a aragem desanuviante: “Felicção, escaldado, é pior que um carroceiro!”. E lá estava representado, de pé, ativo, Felicção façanhudo, *Feliciono misso*. “Admoestação assaz realista e solene, feita eventualmente pelo proprietário da *villa*, ao seu pessoal no capítulo disciplinar: as faltas, de qualquer ordem, são severamente punidas — como, aliás, a cena demonstrava e as legendas acentuavam aludindo às fúrias de Felicção”, escrevi em 1984 (IRCP, p. 559). Todavia, qual dos convivas do senhor resistiria a esboçar um largo sorriso quando, ao pisar, descontraído, o chão da sala, se lhe deparasse, inopinada, a cena? Em Fuente Alamo, era o anão a estar na mó de baixo e a ser resgatado no derradeiro momento por outro anão com nome de gigante; em Santa Vitória do Ameixial, a desleixada escrava a tremer sob terríficas vergastadas. Num e noutro, o riso a brotar, irónico, duma possibilidade de desgraça.

P.S.: O texto vem referido em AE 1987 501. Contrariamente ao que lhe é habitual, o responsável, na revista, pelos comentários aos estudos epigráficos peninsulares parece não ter querido usar, aqui, do seu espírito crítico, uma vez que transcreve (inusitadamente sem objecções) a proposta interpretativa dos editores.